

# Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável

Fevereiro de 2011

Realização  
I N S T I T U T O  
**ETHOS**  
DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Parceiros Institucionais



Parceiro Estratégico

**Roland Berger**  
Strategy Consultants

# **Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável**

## **1. Apresentação**

Esta plataforma expressa a visão e os objetivos do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e de seus parceiros institucionais e seu parceiro estratégico, nomeados ao final, fundamentada em amplo processo de consulta e debates com associados e parceiros do Instituto Ethos, participantes do movimento brasileiro de responsabilidade social empresarial (RSE) e sustentabilidade.

As reflexões e os debates realizados durante a reunião anual do Conselho Internacional do Instituto Ethos e na 10ª. Conferência Internacional Ethos, em São Paulo, em maio de 2010, trouxeram contribuições relevantes ao presente documento, que foi finalizado em comum acordo entre as empresas parceiras participantes do Conselho Orientador do Plano Ethos 10 anos.

Esta plataforma será utilizada pelo Instituto Ethos como referência básica para o desenvolvimento de suas atividades e permanecerá aberta ao recebimento de sugestões de associados e parceiros, podendo ser atualizada periodicamente para incorporar as reflexões acumuladas no período.

## 2. Contexto

Passados mais de 40 anos da histórica reunião fundadora do Clube de Roma, os questionamentos sobre a capacidade de expansão do sistema global de negócios gerou o conceito de “economia de baixo carbono”, que foi rapidamente absorvido no ambiente empresarial em razão da constante inquietação do conjunto da sociedade global com as mudanças climáticas e suas consequências.

Quase 20 anos da Rio-92 e duas décadas de estudos intensivos sobre as mudanças climáticas, a humanidade começa a entender a necessidade de racionalizar o uso de recursos naturais e de reconhecer o valor dos serviços prestados pela natureza. Amplia-se, dessa forma, a preocupação com a sustentabilidade ambiental para além dos efeitos do aquecimento global, incorporando-se, aos poucos, a necessidade de uma abordagem sistêmica e abrangente sobre os limites dos recursos naturais e sobre os impactos das atividades humanas nos ecossistemas e nos serviços ecossistêmicos.

No ambiente de negócios, essa ampliação é traduzida pela crescente absorção do conceito de “economia verde”, que engloba e vai além do conceito de “economia de baixo carbono”. É visível no mercado a movimentação de inúmeras empresas com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias e produtos de baixo impacto ambiental, buscando posicionar-se estrategicamente no mercado de “produtos verdes”, que está em ascensão.

Entretanto, no mundo inteiro, as desigualdades sociais seguem sendo o grande fator limitante da melhoria do bem-estar, dificultando o desfrute dos avanços econômicos e tecnológicos alcançados nos últimos anos. Estas são evidências de que o modelo da exploração ilimitada dos recursos do planeta, além de não responder às necessidades atuais da humanidade, projeta uma realidade sombria para as futuras gerações. Já não faz sentido, qualquer que seja o sistema econômico, um planejamento que não contemple a sustentabilidade.

O Brasil, que é detentor de uma grande sociodiversidade e da maior diversidade biológica do planeta e se posiciona cada vez mais como um protagonista relevante dos negócios globais, precisa caminhar rapidamente em direção aos novos paradigmas. No momento em que se apresenta como candidato a exercer um importante papel entre os países emergentes na nova ordem mundial, precisa se oferecer como parte central das soluções para os grandes desafios da humanidade.

O Brasil tem potencial para ser uma liderança na nova economia porque possui capital natural, biodiversidade, sociodiversidade, matrizes energéticas bem equilibradas (sendo a matriz elétrica predominantemente renovável), inflação controlada, ambiente democrático, um recente processo de crescente mobilidade social das populações pobres, uma política nacional de mudanças do clima, uma política nacional de resíduos sólidos, um arcabouço de regras para a defesa do consumidor, um mercado acionário avançado, um sistema bancário competitivo, entre outras potencialidades.

Tais condições oferecem um excelente ponto de apoio para alavancar as ações necessárias ao aprimoramento dos serviços de educação, de saúde, de segurança pública e de aplicação da justiça; à melhoria da infraestrutura de saneamento e transporte; à ampliação da transparência e combate à corrupção; à redução das desigualdades de renda e de oportunidades; e ao aperfeiçoamento dos programas de estímulo à inovação, de promoção da equidade no acesso aos direitos civis, de melhoria da gestão pública e de ampliação da presença de instrumentos do Estado em comunidades habitadas por populações de baixa renda.

Nesse contexto de potencialidades e desafios, há muitas iniciativas dispersas e fragmentadas na sociedade, nos órgãos públicos e nas organizações do mercado que ganhariam centralidade na economia caso estivessem articuladas por um projeto nacional de desenvolvimento sustentável orientado por uma visão de futuro que aglutinasse e mobilizasse as forças transformadoras da sociedade numa direção convergente.

### **3. Visão**

Desde que se propôs a formular os primeiros indicadores da responsabilidade social das empresas, no final do século XX, o Instituto Ethos vem observando avanços nos padrões dos negócios e nas políticas públicas. A criação de instrumentos capazes de identificar e reconhecer empresas que trabalham pela sustentabilidade vem produzindo alguns resultados, mas convencer os empreendedores e investidores a aderirem voluntariamente a esses padrões não tem sido suficiente. As boas práticas precisam ser transformadas em regras e consolidadas como padrão geral por meio das regulamentações públicas e/ou auto-regulação de mercado. Nesse sentido, observa-se que a responsabilidade social é

um caminho válido, mas precisa ser articulado com políticas públicas para consolidar a mudança.

Com a indução de políticas públicas, as organizações já comprometidas com uma parcela das mudanças necessárias ajudariam no engajamento do conjunto do mercado nas ações estruturais que provocariam alterações relevantes nos perfis da produção, do consumo e da distribuição da renda. Isto é, a articulação dos mecanismos atualmente existentes na sociedade de reconhecimento e premiação das ações voluntárias das empresas e de implantação de políticas de sustentabilidade com políticas públicas adequadas não só contribuirá para avanços concretos na implantação de uma “economia de baixo carbono” como nos permitirá ir além desse patamar, que está abaixo das reais necessidades do planeta e da sociedade.

Nosso objetivo pode e deve ser abrangente e ambicioso: criar uma economia inclusiva, verde e responsável.

Uma economia verde procura assegurar uma relação amigável entre os processos produtivos da sociedade e os processos naturais, promovendo a conservação, a recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas e tratando como ativos financeiros de interesse público os serviços que eles prestam à vida.

Esta economia deve caracterizar-se pela existência de investimentos públicos e privados, regras, instituições, tecnologias, políticas públicas, programas governamentais e práticas de mercado voltadas para:

- Melhoria permanente dos processos produtivos;
- Aumento da ecoeficiência e redução do consumo dos recursos naturais;
- Redução das emissões de gases de efeito estufa;
- Transformação de resíduos de um processo em insumo de outros;
- Internalização dos custos das externalidades nos preços dos produtos;
- Proteção dos mananciais, uso eficiente da água e universalização do saneamento básico;
- Aumento da eficiência energética e ampliação das fontes limpas e renováveis nas matrizes energética e de transporte;
- Melhoria da mobilidade e da eficiência dos modais de transporte;
- Recuperação e preservação dos ecossistemas; e
- Mitigação dos efeitos da mudança do clima.

Mas a economia precisa ser também inclusiva, ou seja, os investimentos públicos e privados, as regras, as instituições, as tecnologias e os programas devem estar voltados também para o atendimento das necessidades e direitos de todos os seres humanos, sem o que não será possível construir ambientes sociais saudáveis para nenhuma atividade produtiva. A economia deve, portanto, promover o desenvolvimento equilibrado entre os capitais financeiro, humano, social e natural.

Faz parte desse propósito a distribuição equitativa da riqueza e das oportunidades para a geração de renda e acesso a bens e serviços públicos, assegurando condições de vida digna para toda a população, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais, o que requer a ampliação da participação da base da pirâmide no processo produtivo e no mercado de bens e serviços e a melhora na qualificação da força de trabalho e das relações trabalhistas, para que os direitos humanos sejam uma realidade para todo o conjunto da sociedade brasileira.

Além de inclusiva e verde, a economia deve ser responsável. É fundamental que sejam trabalhados também os valores éticos e de integridade paralelamente aos temas da economia verde e inclusiva. O desenvolvimento de valores éticos, cultura da transparência e mecanismos de combate à corrupção são indispensáveis para atingir os objetivos de uma economia inclusiva, verde e responsável.

Uma economia praticada segundo padrões éticos elevados implica:

- Combate à corrupção e à impunidade;
- Valorização da integridade e da transparência;
- Estímulo à concorrência leal;
- Estímulo à cooperação;
- Respeito às leis e às regras de negócio; e
- Respeito aos direitos das diferentes comunidades, etnias e grupos sociais de se aproximar em seu próprio ritmo do estilo de vida contemporâneo.

Nesta economia, a visão de sustentabilidade se completa pelo compromisso de não sobrepor os interesses privados aos interesses públicos e de manter esses padrões em quaisquer investimentos, estabelecendo relações éticas independentemente do nível das exigências locais.

A economia inclusiva, verde e responsável que se impõe ao mundo em razão dos desafios ambientais, sociais e éticos deve orientar-se pelos fatores estratégicos: valores e inovação. Precisamos desenvolver os valores que darão suporte a atitudes

que abram novos campos de visão, de produção de conhecimento e de comportamentos sustentáveis. Além disso, precisamos estimular um maior investimento em pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, processos e relações mercantis e de produção, estimulando um ciclo de inovação na busca de sistemas sustentáveis de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

#### **4. O caminho**

Como levar a todo o Brasil uma visão de país sustentável e engajar toda a população nesse propósito?

O país precisa crescer com redução da desigualdade e da pobreza, baseando-se num modelo econômico no qual processos, produtos e serviços sejam desenhados para preservar a integridade ecológica do planeta, com uma estratégia de distribuição de oportunidades capaz de promover o desenvolvimento equilibrado das comunidades, proporcionando geração de renda suficiente para uma vida digna e acesso aos direitos fundamentais e ao consumo consciente, num ambiente de confiança, diálogo e democracia, fundamentado em relações transparentes e éticas entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade.

Essa missão deve resultar do esforço de toda a sociedade, de todo o sistema político e sob uma abordagem suprapartidária.

É necessária uma ampla mobilização nacional em torno de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país, com visão de longo prazo. Para isso, será fundamental a existência de uma plataforma de convergência das diversas iniciativas da sociedade e a revalorização do processo de planejamento de longo prazo. Acreditamos que o país poderá construir, nos próximos dez anos, uma economia inclusiva, verde e responsável, e que esta visão tem potencial mobilizador para galvanizar os esforços de toda a sociedade e engajar os principais atores sociais, empresariais e políticos na elaboração e execução desse projeto nacional.

O desenvolvimento de uma nova economia com as características propostas requer o aprimoramento tanto do processo político quanto dos processos de desenvolvimento do conhecimento e formação da cultura de nossa sociedade, além daquelas relacionadas aos processos econômicos.

### ***Cultura da sustentabilidade***

Consideramos imprescindível contribuir para que as políticas públicas, as instituições, os programas públicos e as práticas empresariais tenham capacidade de incidir sobre os processos formais e informais de produção do conhecimento, das atitudes e comportamentos, visando promover o desenvolvimento de uma cultura da sustentabilidade, apoiada em valores éticos, humanistas e democráticos e orientada por uma visão de bem-estar, qualidade de vida e progresso, que valorize a cidadania, a sociodiversidade e a biodiversidade brasileira. O sistema educacional deve estar bem preparado para forjar o conjunto de valores de uma sociedade sustentável, fomentando o desenvolvimento da consciência social necessária para que as mudanças se imponham como um novo paradigma. Deve promover o desenvolvimento de conhecimento, o desenvolvimento da consciência social e a inovação.

O desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade na sociedade aumentará o nível de exigência dos cidadãos e organizações em relação aos bens e serviços públicos e privados e, em consequência, ampliará o espaço para diferenciação dos produtos e comportamentos das empresas. Para isso é necessário:

- Desenvolver valores que fundamentem visões que correlacionem os interesses individuais com o comportamento socialmente responsável e sustentável;
- Desenvolver e disseminar para os cidadãos (investidores e consumidores) informações e conhecimentos sobre os custos e benefícios das mudanças de processos, produtos e comportamento;
- Produzir e disseminar informações sobre os atributos de sustentabilidade dos produtos e serviços; e
- Desenvolver capacidades de análise e avaliação das informações.

### ***Aprimoramento do processo político***

Somente com base no sólido apoio da sociedade será possível desenvolver uma agenda de ações fortes o suficiente para realizar a transição para a nova economia. É indispensável aprimorar o processo político de representação e participação e fortalecer a gestão pública, desenvolvendo a cultura e os instrumentos para organizar o funcionamento integrado de seus órgãos em torno de planos e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável. Incluem-se entre esses objetivos o

melhor funcionamento das agências reguladoras e o aperfeiçoamento do papel desempenhado pelas empresas estatais, públicas e de capital misto.

Precisamos, portanto, encontrar as formas de contribuir para o contínuo fortalecimento das instituições democráticas, a valorização dos serviços públicos, o fortalecimento da cidadania, a prevalência do interesse público, o combate à corrupção, a eliminação da impunidade, a promoção da justiça social e o aprimoramento dos mecanismos de participação e acompanhamento da sociedade nas decisões dos agentes públicos e de mercado.

### ***Agenda para uma nova economia***

O aprimoramento dos processos que regulam o funcionamento da economia e induzem as decisões de investimentos públicos e privados não só é desejável como é imprescindível para que o país possa explorar o seu potencial de liderar o desenvolvimento de uma economia inclusiva, verde e responsável, acoplando as dimensões ética e social à tendência mundial de crescimento da economia de baixo impacto ambiental.

O estabelecimento de novas regras e a revisão das antigas, por meio da regulamentação legal e do incentivo à autorregulamentação, são fundamentais para que a visão de sustentabilidade e de responsabilidade social possa ser consolidada no mercado e na gestão pública. É preciso que o Estado, no exercício de suas funções de indução, regulação e coordenação, realize ações para colocar os mecanismos de mercado de precificação, punição e premiação no rumo do desenvolvimento sustentável.

Dentre as ações, destacamos a necessidade de:

- Revisão do sistema tributário, com o objetivo de reduzir a carga tributária e, concomitantemente, viabilizar a precificação dos serviços ecossistêmicos, a internalização dos custos das externalidades socioambientais dos produtos e serviços e o aumento da competitividade dos custos da força de trabalho, das energias limpas e renováveis e dos modais de transporte mais eficientes;
- Diretrizes para os gastos e investimentos públicos que promovam o desenvolvimento de mercados para as tecnologias, produtos e serviços sustentáveis;

- Diretrizes para as empresas estatais, públicas e de economia mista para exercerem o papel de criar, pelo exemplo, padrões de referência para o mercado em políticas e práticas de sustentabilidade;
- Fomento da pesquisa e do investimento em inovação para a sustentabilidade;
- Programas governamentais de promoção da educação para a sustentabilidade e qualificação da força de trabalho para a economia verde;
- Produção e disseminação de métricas e critérios para auxiliar o mercado a selecionar empresas, tecnologias e produtos com atributos de sustentabilidade; e
- Sistemas de reconhecimento público e valorização das iniciativas e práticas de mercado inclusivas, verdes e responsáveis.

## 5. Estratégia de atuação

Para atingirmos a visão de uma economia inclusiva, verde e responsável, será necessário desenvolver um conjunto de ações que farão parte de uma ampla agenda nacional e suprapartidária. Essa agenda deverá ser construída num abrangente processo de mobilização social que envolva as principais forças de mudança, com influência nas políticas e mecanismos de mercado que vão sustentar e orientar os processos econômicos.

Para que isso seja possível, trabalharemos os objetivos aqui colocados, os quais serão transformados em temas críticos e endereçados por meio de um conjunto de projetos. Esses temas críticos, assim como toda a plataforma, estarão sempre abertos a debates e contribuições de toda a sociedade, de forma a mantê-los sempre atuais e alinhados aos novos desafios que vierem a surgir.

Cada tema crítico será endereçado por uma ou mais iniciativas em:

- *Aprimoramento das práticas empresariais* – desenvolver iniciativas em parceria com os associados para implementação e aprimoramento das práticas de sustentabilidade no próprio negócio e em suas cadeias de valor;
- *Contribuição para políticas públicas* – por meio de um conjunto de compromissos e metas assumidos voluntariamente pelas empresas, contribuir para a regulamentação e os programas governamentais de modo que o conjunto do mercado se mova em direção aos padrões adotados pelas empresas que assumiram os compromissos públicos;

- *Agenda nacional por uma nova economia* – provocar e articular ação coletiva, quadripartite (organizações públicas, empresariais, de trabalhadores e da sociedade civil), para a construção de uma agenda de ações que promovam a transição para a nova economia. Esta plataforma tem a função de provocar essas organizações para esse objetivo;
- *Mobilizações globais* – que se traduzem na proposta de construção do movimento denominado União Global pela Sustentabilidade, iniciativa que visa influenciar a governança global e provocar ações concretas das lideranças empresariais, públicas e de toda a sociedade nos temas críticos desta plataforma. A primeira edição da União Global pela Sustentabilidade está prevista para setembro de 2011 e tem como primeiro objetivo influenciar a Rio+20, auxiliando na articulação das demais atividades com o mesmo objetivo;
- *Valores* – desenvolver os valores que fundamentam e sustentam visões, atitudes e comportamentos necessários à transição para a nova economia;
- *Inovação* – investir, seja para melhoria incremental de processos e produtos, seja para a ruptura de paradigmas e padrões no desenvolvimento de tecnologias, processos e produtos.




---

Parceiros Institucionais




---

Parceiro Estratégico



- **Para aderir a esta plataforma, acesse [www.ethos.org.br/plataforma](http://www.ethos.org.br/plataforma).**
- **Para enviar sugestões e comentários, escreva para [plataforma@ethos.org.br](mailto:plataforma@ethos.org.br) ou acesse “Instituto Ethos” no Facebook, no LinkedIn ou no Twitter.**